

### Pautas para la presentación de la Propuesta de Políticas y Líneas de Acción (PLA)

El PLA es un informe original, presentado de modo sucinto, realizado a partir de la reflexión y los resultados del tema desarrollado en el transcurso de la investigación.

El objetivo del informe es enunciar los núcleos problemáticos y los conflictos sociales estudiados; los actores públicos y no estatales involucrados especificando sus posiciones, funcionamiento, tensiones y relaciones. El segundo aspecto se centra en proponer políticas públicas y/o medidas para la acción dirigidas a los partidos políticos, movimientos y organizaciones sociales, considerando sus diferentes dimensiones y contextos sectoriales y territoriales.

Con este perfil de informes CLACSO intenta ampliar la difusión de las investigaciones producidas por los/as académicos/as de América Latina y el Caribe, en el ámbito del pensamiento social y la acción política. Además, tiene la finalidad de transferir conceptos e instrumentos que contribuyan a repensar y abordar políticas públicas y acciones específicas, en diferentes campos del mundo de las relaciones y prácticas políticas.

Particularmente, se busca que estos informes incluyan proposiciones que favorezcan el diseño y aplicación de líneas de acción específicas, contemplando la identificación de actores e instituciones involucrados y/o el establecimiento de los escenarios contextuales que permiten el logro de los objetivos y resultados esperados.

El informe debe ser transmitido en un lenguaje claro, conciso y amigable, en lo posible sin citar autores ni otros trabajos, orientado a que su lectura resulte fácilmente comprensible para un conjunto de lectores diversos, amplio con distinta formación: investigadores, políticos, funcionarios, militantes y público en general. El texto debe ser autocontenido y NO debe remitir al informe o ensayos elaborado por el/a autor/a. Se sugiere NO anexar bibliografía.

Con la intención de facilitar la exposición y el acceso a su línea argumentativa, el PLA debe dividirse en tres partes. El documento debe ser completado dentro de esta misma plantilla. Se solicita mantener la estructura y no modificar los subtítulos.

#### Políticas y líneas de acción [PLA]

Nombre del/la autor/a: Maurício Hashizume	Correo electrónico: <a href="mailto:maurijor@gmail.com">maurijor@gmail.com</a> <a href="mailto:mauriciohashizume@ces.uc.pt">mauriciohashizume@ces.uc.pt</a>
Institución: Centro de Estudos Sociais (CES) – Univ. de Coimbra	Fecha de entrega: 30/10/2014
<b>Indicar un título breve y directo para el del documento. Máximo: 75 caracteres con espacios</b>	
Colonialidade do poder e lutas dos movimentos indígenas no Brasil	
<b>Resumen de los datos biográficos más relevantes del/la autor/a. Máximo: 150 caracteres con espacios</b>	
Pesquisador do Projeto ALICE (CES/UC), doutorando do Programa de Pós-Colonialismos e Cidadania Global, mestre em Sociologia pela FFLCH/USP e graduado em Jornalismo pela ECA/USP	
<b>CINCO PALABRAS CLAVE</b>	<b>3. DESCOLONIZAÇÃO</b>
<b>1. INDÍGENAS</b>	<b>4. DEMOCRACIA</b>
<b>2. COLONIALIDADE</b>	<b>5. PARTICIPAÇÃO</b>

## 1. PRESENTACIÓN

Introducir los temas, problemas y escenarios estudiados, determinado los actores involucrados.

Extensión: media página

O tema estudado é o fortalecimento das organizações indígenas no contexto da redemocratização do Brasil, após uma longa ditadura militar que durou mais de duas décadas (desde 1964 até 1985). O problema em foco consiste no difícil desafio assumido por lideranças e organizações indígenas em se firmar como sujeitos políticos diante de um contexto histórico-social marcado pela *colonialidade do poder* e pelo *colonialismo interno*, ou seja, no bojo de uma longa trajetória de estruturação de uma ideologia arraigada na formação da nação que se centra no controle político dos indígenas – seja por forma da aculturação ou pela repressão coercitiva. O caso concreto pesquisado é o das comunidades indígenas da região do município de Uiramutã, que se situa no perímetro da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, no Estado de Roraima, que fica na tríplice divisa entre Brasil, Guiana e Venezuela. A pesquisa de campo faz parte de um projeto de doutorado em curso na Universidade de Coimbra (UC), Portugal, que tem como tema mais largo o aprofundamento da compreensão das inter-relações entre povos indígenas e as instituições do Estado, em dois contextos distintos da América Latina (Brasil e Bolívia). No caso brasileiro, além de entrevistas com integrantes das comunidades indígenas da etnia Macuxi (e diversos outras lideranças do Estado, representantes do poder público e ativistas de entidades da sociedade civil), houve ampla recolha de materiais e análise de documentos e revisão bibliográfica sobre o assunto. Por meio do conjunto de conteúdo reunido, é possível apontar que essas inter-relações têm sido historicamente determinadas por uma forte influência da *colonialidade do poder* e que experiências concretas de enfrentamento à ordem dominante estabelecida (capitalista, colonial e patriarcal), como é o caso do Conselho Indígena de Roraima (CIR), interpelam substantivamente os limites das lógicas coloniais de relações de poder em voga no país, bem como os moldes limitados que sustentam a democracia liberal-representativa e as fórmulas muitas vezes inócuas, monoculturais e anestésicas de participação social.

## 2. ANÁLISIS POLÍTICO

Realizar un breve análisis político o reflexión en relación con el sujeto de estudio.

Extensión: media página

No panorama das ciências sociais, o papel e a relevância dos movimentos indígenas ainda é bastante subestimada. Especialmente no Brasil, onde é costume relegar os contributos políticos das organizações indígenas a um segundo plano com base no repetido argumento do diminuto percentual que os povos indígenas representam em relação à soma dos habitantes do país. De acordo com o Censo 2010 do IBGE, a população indígena no Brasil alcançou 896,9 mil, o que na ocasião representava 0,47% de um total de 190,7 milhões de brasileiras e brasileiros. Ocorre que as lutas protagonizadas pelos indígenas (que compreendem impressionantes 305 etnias e 274 idiomas) têm reflexos que vão muito além dos seus próprios círculos socioculturais. No caso específico de Roraima, por exemplo, a persistente e aguerrida mobilização dos povos e comunidades garantiram, após décadas de conflitos com poderosos agentes dotados de interesses político-econômicos, a posse e usufruto do território em área contínua - e não recortado “em ilhas”, como pleiteavam fazendeiros invasores e políticos locais, em disputa que acabou sendo resolvida pela corte maior do Judiciário - da Raposa Serra do Sol se converteu em um importante marco da defesa dos direitos indígenas aos seus territórios (a despeito de algumas ressalvas perigosas incluídas tanto no julgamento como na inclusão de um adendo de outras 19 medidas condicionantes). Nesse contexto, as comunidades questionam ainda a estrutura municipal instalada no meio do território, evidenciando o flagrante descompasso entre as estruturas institucionais e os reais interesses populares. De outra parte, o CIR e outras organizações parceiras têm ampliado o espectro limitado das políticas de educação superior por meio de iniciativas inovadoras como o Instituto Insikiran, ligado à Universidade Federal de Roraima (UFRR). Daí o contributo das lutas indígenas não apenas por direitos diferenciados, mas para a adoção da interculturalidade como fator fundamental na intensificação da cidadania.

### 3. PROPUESTAS

Conjunto de sugerencias y proposiciones en términos de políticas públicas y/o acciones orientadas a los movimientos sociales. En dos perspectivas temporales: de corte inmediato y de largo plazo o estructurales.

Extensión: una página

No caso específico do Brasil, fica evidente que a “prioridade número um” imediata com relação aos direitos indígenas é o reconhecimento e a garantia de seus respectivos territórios. A própria Constituição Federal de 1988, que definiu as bases desses mesmos direitos em seu Art. 231 (“São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens”), estabelecia também que, dentro de um prazo de cinco anos (que terminou em 1993, portanto, há 21 anos), todos os procesos de demarcação de terras indígenas deveriam estar concluídos. No entanto, o que se tem visto nos últimos anos é uma dificuldade enorme das autoridades em fazer valer o que está escrito na lei. Entre os variados fatores que explicam essa morosidade, certamente a pressão dos chamados “ruralistas”, alcunha dada ao conglomerado de grandes proprietários rurais que tem grande representação política e peso económico, é uma dos principais. Através de um poderoso lobby junto aos governos, a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), entidade-maior dos ruralistas, tem garantido a prevalencia dos seus interesses, quase sempre pasando por cima dos direitos indígenas que, como já realçamos, não é uma questão que se restringe apenas às próprias comunidades envolvidas. Trata-se de um passo esencial para a construção de uma sociedade e uma cidadania mais justas e menos desiguais. Há dificuldades reiteradas especialmente no que toca ao andamento e à conclusão dos processos de demarcação em regiões que ficam fora da Amazônia, nas quais, por conta das dimensões territoriais mais reduzidas, os conflitos fundiários tendem a ser ainda mais complexos e violentos. Nesses casos, é preciso uma intervenção ainda mais decidida do poder público no sentido de fazer valer o que prevê a Constituição brasileira, sob o risco da completa desmoralização institucional (já alta) do Estado. Outra proposição de adoção imediata para que sejam consolidadas em médio e longo prazo é o investimento maciço em políticas públicas diferenciadas, nas linhas do que vêm sendo construído na área de educação superior indígena no Instituto Insikiran. Neste último, as organizações indígenas não só participam, como detêm poder de decisão, por meio de voto, quando das eleições da diretoria do Instituto, que acolhe centenas de estudantes universitárias/os indígenas em três cursos escolhidos pelas próprias indígenas: Licenciatura Intercultural (formação de professores indígenas), Gestão Territorial (para implementação de projetos de etnodesenvolvimento) e Gestão em Saúde Indígena (acompanhamento e aperfeiçoamento dos atendimentos realizados junto às comunidades). Mais recentemente, o governo brasileiro tem desenvolvido uma importante ação no âmbito da Política Nacional de Gestão Ambiental em Terras Indígenas (PNGATI), a qual tem proporcionado diálogos, articulações e planejamentos com vistas ao incremento de políticas públicas. Seria preciso, contudo, uma atitude mais decidida por parte do governo federal, único ente capaz de impulsionar essa sorte de iniciativa na escala requerida, com o intuito de propiciar a construção, monitoramento e avaliação de políticas públicas diferenciadas sem o caráter tutelar que ainda está presente de modo bastante acentuado em órgãos como a Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), ligada ao Ministério da Saúde. Recorde-se, por exemplo, o aceno mais recente do governo de criação de um novo e controverso Instituto Nacional de Saúde Indígena (Insi), cuja aceitação foi praticamente zero entre as organizações indígenas. Todas as políticas, portanto, têm que contar não apenas com a participação, mas também com a possível incorporação dos saberes e conhecimentos indígenas, notadamente na cultura, saúde e produção. Dois outros pontos que não podem faltar de um programa de fortalecimento dos direitos indígenas é a criação do Conselho Nacional de Política Indigenista (hoje existe apenas uma Comissão, que funciona em caráter provisório desde 2007) e a aprovação de um novo Estatuto dos Povos Indígenas, mais condizente com as normas de 1988. Ambas dependem do Congresso. Conteúdos didáticos que possam abrir outras perspectivas historiográficas também ajudam.